

Governo reapresenta proposta que altera a *Dedicação Exclusiva* dos docentes...



...e propõe a criação do *Professor Sênior*

Aposentadoria compulsória: PEC prevê ampliação de 70 para 75 anos aos servidores públicos

Página 3

Eleição para a Diretoria da ADUR-RJ S. Sind.: inscrições de chapas nos dias 22 e 23 de setembro

Página 8

NOTAS NOTAS NOTAS

Trágico se não fosse cômico I

Como se sua ressurreição política já não fosse suficiente, o senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL) agora se tornou imortal. No dia 3/9, foi eleito membro da Academia Alagoana de Letras (ALL), ocupando o lugar do falecido poeta e defensor da cultura alagoana *Ib Gatto*, que se tornou símbolo dos movimentos em defesa da literatura e do fortalecimento das produções literárias do estado.

“Collor tem um enorme dom da síntese”, disse o bispo dom Fernando Iório, presidente da ALL, sobre a vasta obra que justificou a eleição do ex-presidente: artigos publicados em jornais. Livro? Nenhum. A “obra” do ex-presidente, que sofreu *impeachment* na década de 1990, inclui também discursos (“muito inteligentes”, segundo Iório) que ele fez ao longo da carreira. Recentemente, Collor disse “engula, digira e faça dela o uso que julgar conveniente”, numa discussão com Pedro Simon no Senado. Antes, declarou que tinha “aquilo roxo”. *É pura literatura.*

Trágico se não fosse cômico II

O apoio dos historiadores e literatos integrantes da ALL a Collor se revelou por meio de uma votação recorde. Sem opositores para disputar com ele a eleição, o parlamentar conseguiu levar 30 dos 40 acadêmicos para a solenidade de votação e recebeu 22 votos a seu favor. Oito foram em branco. A vitória era tão certa e costurada com antecedência que Collor nem se deu ao trabalho de ir para Maceió assistir à sessão. Foi comunicado por telefone.



Fonte: Revista Época 637 e Correio Braziliense de 03/09/09

A fiscalização resgatou 98 trabalhadores em regime de escravidão em uma obra que integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em Goiás, segundo a “Folha de S.Paulo”. Eles não recebiam salários desde maio e acumulavam dívidas em troca de comida. A construção da usina Salto do Rio Verdinho é de responsabilidade da empresa Votorantim Energia, braço do Grupo Votorantim, e tem o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que, no final do ano passado, injetou cerca de R\$ 250 milhões na sua implantação. Para o jornal, a Votorantim comunicou que “todas as medidas para solucionar definitivamente a questão e minimizar seus impactos para os trabalhadores foram tomadas”. A empresa alega que quando assumiu o projeto “as obras já haviam sido iniciadas” por uma construtora e que, diante da fiscalização, rescindiu contrato e assumiu o gerenciamento.

A Casa Civil e o Ministério de Minas e Energia não se manifestaram sobre o flagrante da fiscalização.

Caloura do curso de Direito denuncia veteranos por trote violento e machista na UFF

Segundo notícia veiculada pelo Jornal “O Globo”, uma caloura do curso de Direito da UFF denunciou veteranos pela tentativa de aplicação de um trote violento e machista. A estudante teria sido levada para uma sala onde deveria fazer sexo oral em oito veteranos para ser dispensada da obrigação de coletar a cota de R\$ 250 nas ruas. Caso cedesse, ela seria promovida à condição de veterana. Caso contrário, poderia optar por beijar os veteranos na boca, o que lhe renderia apenas um desconto na cota. De acordo com a aluna que não quis se identificar, as calouras consideradas mais bonitas eram levadas a um lugar diferente, onde eram coagidas e assediadas e as chamadas de “barangas” eram dispensadas.

Quando se negou a participar a caloura recebeu um banho de água e farinha enquanto um dos veteranos tentava impedi-la de sair da sala. Apesar de tudo, ela conseguiu escapar e telefonou para parentes, muito abalada emocionalmente. Temendo passar por humilhações ainda maiores, ela não formalizou a queixa.

Ao ser informado do caso, o pró-reitor adjunto de Assuntos Acadêmicos da UFF, Renato Crespo, disse à imprensa que estava aguardando a formalização da denúncia para tomar providências, o que ainda não foi feito. Já o estudante Gabriel Barbosa, diretor do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga (CAEV), afirmou que não possui maiores informações

sobre esse caso específico, mas que o trote na Faculdade de Direito da UFF é sempre bastante machista, homofóbico e racista. Apesar disso, infelizmente, é uma tradição que goza de grande prestígio junto aos estudantes deste curso. Gabriel informou também que o CAEV está discutindo a questão para avaliar qual a melhor maneira de intervir a respeito.

Em pronunciamento, a diretoria da Associação de Docentes da UFF - ADUFF disse ser contrária a qualquer recepção aos alunos que passe por situação de humilhação. A Universidade precisa ser um espaço de respeito, convivência, solidariedade e as recepções aos calouros devem promover essas atitudes e não o seu contrário.

Fonte: ANDES-SN

Expediente

Adur Informa é uma publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seção Sindical do ANDES-SN

Associação dos Docentes da UFRuralRJ. Endereço: Rod. BR 465, Km 7 – Campus da UFRRJ – Seropédica (RJ). CEP: 23.851-970 – Caixa Postal: 74.537

Telefax: (21) 2682-1379 - Tel.: (21) 3787-8464. E-mails: adurrj@adur-rj.org.br ou imprensa@adur-rj.org.br. Conselho Editorial: Professores Celia Regina Otranto, Francisco de Assis da Silva, Frederico José Falcão, José dos Santos Souza, Lenício Gonçalves, Lenir Furtado e Luis Mauro Sampaio Magalhães.

Redação, edição e diagramação: Aline Pereira (Reg. Profissional 25163 Mtb). Fotolito e impressão: Tipológica Comunicação Integrada. Tiragem: mil exemplares

Aposentadoria compulsória: PEC prevê ampliação de 70 para 75 anos aos servidores públicos



Está em discussão a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 457/2005, que amplia de 70 para 75 anos a idade limite da aposentadoria compulsória servidor público em geral, de magistrados e ministros de tribunais.

A PEC 457/2005 é de autoria do Senador Pedro Simon (PMDB/RS), tendo como relator o Deputado Darci Coelho (PP/TO). Ela já foi aprovada em dois turnos no Senado e, encaminhada para a Câmara, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça. Agora, a PEC precisa ser votada em dois turnos, com aprovação de três quintos dos deputados. A proposta original do Senado era ampliar a idade limite da aposentadoria compulsória apenas para os tribunais superiores, mas, na Câmara, foi ampliada

para o servidor público em geral, havendo a possibilidade de o trabalhador permanecer mais cinco anos no funcionalismo público, se assim desejar.

Expectativa de vida

De acordo com o autor da proposta, o senador Pedro Simon (PMDB-RS), o aumento da expectativa de vida

dos brasileiros para 68 anos desequilibrou a proporção entre trabalhadores ativos e aposentados e justifica a modificação.

Segundo os senadores que assinaram a proposição, “vários trabalhadores acima dos 70 anos mantêm plena a sua capacidade produtiva”.

Além disso, dizem os apoiadores da proposta, a permanência no serviço público dessa força de trabalho diminuirá o número de aposentados precoces que migram para a iniciativa privada.

“Esses servidores aposentados levam consigo anos de experiência e estudos patrocinados pelo Poder Público e oneram por longo tempo a Previdência, sem oferecer contrapartida”, dizem.

Magistrados têm posicionamento contrário à PEC

Os magistrados tem se mobilizado contra a PEC. A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) têm sido as mais atuantes entidades a criticarem a proposta, afirmando que a elevação da idade para a aposentadoria compulsória não é interesse da categoria.

Fonte: Anamatra



E você, professor? Qual a sua opinião sobre o assunto?

Você é a favor ou contra a PEC? Desejaria permanecer mais tempo na Universidade Pública?

Envie uma mensagem para imprensa@adur-rj.org.br que, na próxima edição do ADUR INFORMA, publicaremos a sua opinião sobre o tema.

Governo reapresenta proposta que altera a *Dedicação Exclusiva* dos docentes...



...e propõe a criação da classe de *Professor Sênior* e dois adicionais de remuneração

No dia 3 de setembro, houve uma reunião entre os representantes do ANDES-SN e o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, Duvanier Ferreira, para debaterem sobre a “carreira docente para o ensino superior”. Estiveram presentes representantes do Ministério da Educação e do Proifes.

A intenção era retomar as discussões de reuniões anteriores, quando o governo apresentou proposta prevendo a criação de nova classe docente - *professor sênior* - além de dois adicionais de remuneração: o de pós lato sensu e o de preceptoria. Também foi debatida a proposta governista de regulamentação da *Dedicação Exclusiva* (DE), que estabelece a remuneração docente de acordo com seu envolvimento em projetos de pesquisa, aprofundando o produtivismo no âmbito da Universidade.

O secretário do MPOG reiterou, ainda, a necessidade de focar a discussão, para dar conta do compromisso dentro do tempo exíguo que existe para concluir o

Projeto de Lei que altera a carreira docente, a fim de encaminhá-lo ao Congresso Nacional.

Nova classe e adicionais

Conforme informações dos técnicos do MPOG, a classe de professor sênior seria criada acima da classe de associado, com equivalência de rendimentos entre o Nível IV da “nova classe” e os do cargo de titular. Ainda segundo eles, a criação da nova classe não teria efeitos práticos imediatos, pois resultaria do processo de progressão do professor associado, que provavelmente só começaria a ser sentido em meados de 2011 ou 2012.

Já o *adicional pós lato sensu* é uma modalidade de remuneração salarial criada especificamente para que as universidades possam complementar a remuneração dos professores que atuam em cursos de especialização ofertados pelas fundações “ditas de apoio”. Segundo Duvanier Paiva, a idéia não está completamente definida e *ainda não há previsão de valores para a remuneração docente*.

O adicional de *preceptoria* também seria

uma nova modalidade de remuneração, só que neste caso de aplicação exclusiva aos docentes vinculados aos programas de residência médica e internato, desenvolvidos nos hospitais universitários. Indagado sobre quando o Ministério estará com posição mais precisa sobre esses ajustes, o secretário respondeu que o tempo de fechamento para isso era “o mês de agosto”.

ANDES-SN reafirma deliberação do 54° CONAD

A representação do ANDES-SN fez sua intervenção reafirmando as avaliações feitas pelo 54° CONAD (Curitiba, 2009) sobre o tema e que a proposta não contemplava a concepção de universidade que a entidade defende e afirmou que, em síntese, a minuta deixa para o docente a responsabilidade para a recuperação salarial e pelo financiamento da manutenção e expansão da universidade, visto que o ministro da educação havia anunciado a alocação total dos recursos para a implantação do Reuni. Por fim, solicitou que a representação do

governo explicitasse os motivos para propor regulamentação do regime de trabalho da Dedicção Exclusiva. Indagou, também, sobre qual o motivo de uma nova classe na carreira.

De acordo com o MPOG, o governo considera estratégico o investimento em educação e fez grande esforço para recompor os salários do magistério. Segundo o representante do governo, não há intenção de se atribuir responsabilidade aos docentes, na busca da melhoria salarial.

Sobre carreira, o MPOG defendeu a proposta de criação da classe de professor sênior, argumentando, com o apoio da representação do Proifes, que a não criação da nova classe tende a desestimular o docente a desenvolver suas atribuições no âmbito da academia. Argumentou, ainda, que a carreira docente deve ter amplitude para toda a vida funcional.

A representação do ANDES enfatizou que o não cumprimento da DE, por parte dos docentes, e a pretensa equalização no topo da carreira, com a remuneração dos integrantes da carreira de Ciência e Tecnologia, são sintomas inequívocos da baixa remuneração do magistério. A minuta de regulamentação da DE, a introdução de mais uma classe, a remuneração por projetos e os dois adicionais apontariam claramente para a quebra da paridade entre ativos e aposentados e a desresponsabilização,

por parte do governo, com os salários e o financiamento da universidade pública.

Os representantes do ANDES-SN defenderam a construção da carreira única para os docentes do magistério do Ensino Superior e Básico, considerando que as Universidades Federais e os Institutos Federais têm arcabouço jurídico-institucional, bem como, atribuições similares. O governo refutou, dizendo que as duas carreiras têm funções, objetivos e características diferentes e, portanto, de acordo com o MPOG, não existe o interesse do governo em se discutir a proposta de carreira única do ANDES-SN.

O secretário do MPOG retomou a palavra, esclarecendo a compreensão que o governo possui a respeito da negociação, que entende ser o exercício do diálogo, podendo ou não resultar em acordo. Afirmou que o governo faz acordo quem tem *competência política* para tal, repetindo esta mesma expressão várias vezes durante a reunião.

Progressão da carreira do Ensino Básico

O ANDES-SN cobrou novamente a explicitação, junto aos setores de recursos humanos das universidades, das normas existentes para progressão da carreira do Ensino Básico, que prevê o interstício de 18 meses para a progressão entre níveis. Cobrou, também, o fornecimento da base de dados das duas carreiras do magistério

federal. O representante do MEC prometeu uma instrução normativa para breve, que seria construída com o MPOG, objetivando solucionar de forma definitiva esta questão.

No que se refere à base de dados, o secretário do MPOG se repetiu, dizendo que, apesar das dificuldades ocasionadas por questão de sigilo, cederia as informações assim que o ANDES-SN a solicitasse.

A Secretária Geral do Sindicato Nacional afirmou que, em agosto, já havia encaminhado ofício reiterando os diversos pedidos, mas o representante do MPOG disse desconhecer os. Ele se comprometeu em apresentar a relação dos dados que podem ser fornecidos ao ANDES-SN até o dia 11/9. Ao final da reunião, a representação do Proifes elencou itens em que haveria consenso com as posições governamentais, no que não foi desmentido pelos representantes do governo.

MEC proporrá “agenda da autonomia”

Os representantes do Ministério da Educação disseram, durante a reunião, que apresentarão um pacote de medidas denominado de “agenda da autonomia”.

Este será composto por nove “diplomas legais”, tais como: Decreto sobre financiamento das IFES; decreto de regulamentação das fundações “ditas de apoio”; regulamentação dos projetos institucionais de pesquisa e extensão; equivalência entre as carreiras; cartão de pesquisador; banco de técnicos equivalentes; regulamentação para apropriação, pelas IFES, de recursos próprios, dentre outros.

O secretário do MPOG, Duvanier P. Ferreira, assumiu o compromisso de apresentar até o dia 11/9 a minuta das propostas em elaboração, sinalizando em realizar nova reunião com o ANDES-SN e com o Proifes no dia 18 de setembro próximo.

Fonte: ANDES-SN



Só 1% das instituições de ensino superior consegue nota máxima em avaliação do MEC

Apenas 21 entre as duas mil instituições de ensino superior avaliadas em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC) obtiveram nota máxima no Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC). O indicador, que foi divulgado pela primeira vez no ano passado, atribui notas às faculdades e universidades, levando em consideração a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. De acordo com a pontuação, as instituições são classificadas em faixas que vão de 1 a 5.

Entre as universidades com a maior avaliação (IGC 5), 11 são públicas e dez privadas. A nota mais alta ficou com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), do Rio de Janeiro, que é particular. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que é federal, ficou com o segundo lugar, seguido pela Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp), estadual. Em último lugar no ranking (com IGC 1), está a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Maceió (Fama), que é privada.

De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o IGC foi criado para subsidiar o trabalho das comissões que

fazem as avaliações in loco nas instituições. Se a visita confirmar as condições inadequadas da oferta de ensino nas instituições que obtiveram IGC 1 e 2, elas podem sofrer sanções que incluem o descredenciamento.

“Dependendo da gravidade da situação, ela pode ter o número de vagas reduzidos nos cursos deficientes, a suspensão temporária ou definitiva do processo seletivo e, em último caso, o descredenciamento da instituição”, explicou.

O presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Reynaldo Fernando, ressaltou que as medidas de saneamento só são aplicadas se a visita in loco confirmar o IGC 1 ou 2.

“Independente dos aspectos de regulação, o IGC tem uma função fundamental que é orientar o público sobre a qualidade do ensino oferecido em cada instituição”, ponderou.

Do total das instituições avaliadas, 884 (44%) obtiveram IGC 3, considerado razoável. Dezoito instituições ficaram com IGC 1 e 570 com IGC 2, considerados ruins, o que representa quase 30% do universo de entidades avaliadas. Cento e vinte



instituições ficaram na faixa 4 do IGC.

Mais de 300 instituições ficaram sem conceito porque não houve participação mínima dos alunos de alguns cursos no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). A nota da prova é um dos fatores que compõem o Conceito Preliminar de Curso (CPC), utilizado para o cálculo do IGC. O CPC também leva em conta as chamadas “variáveis de insumo”, que consideram corpo docente, a infraestrutura e o programa pedagógico.

Fonte: Agência Brasil

governo: privilégios aos salários da burocracia

Em um período de três anos (de 2006 a 2009), o governo Lula gastou mais com os setores burocráticos do Estado do que com investimentos na área social. As carreiras de elite e do serviço público obtiveram 53% de aumento nos recursos para os reajustes nos salários, enquanto os da Saúde, Educação e Previdência Social aumentaram, juntos, apenas 30% em recursos destinados a reajustes salariais. Os Poderes do Estado e Representação (que englobam despesas da Presidência, Senado, Câmara, Poder Judiciário Federal, entre outros) obtiveram a maior fatia do orçamento para mudanças nos contracheques: 30%. O Ministério da Fazenda, Desenvolvimento e Turismo ficou com 20%. Já os setores da Educação receberam apenas 16% de aumento em seus recursos para pagamento de pessoal, enquanto a Saúde recebeu 10%.

A divisão do bolo salarial beneficiou os servidores civis. No período entre 2002 e 2009, eles ficaram com 96,5% do total do aumento da folha, enquanto os militares tiveram 3,5%. No total, foram R\$25 bilhões destinados aos civis e R\$921 milhões às patentes militares. Essa análise, entretanto, não considera o impacto de todos os reajustes promovidos pelo governo Lula, já que alguns aumentos só serão autorizados a partir de 2011.

As disparidades nas divisões salariais promovidas pelo governo chamam a atenção em estudo realizado pelo economista José Roberto Afonso, assessor técnico da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira do Senado. Em 2011, enquanto um médico ganhará cerca de R\$ 5.650 mil, os servidores da área de Fiscalização e Auditoria receberão cerca de R\$ 19 mil.

Fonte: ADUFRJ

Comissão do Senado aprova projetos que favorecem educação privada

A Comissão de Educação do Senado aprovou em 8/9 dois projetos de lei que beneficiam o setor privado da educação, em detrimento do público: o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 8/2007, que concede isenção fiscal da contribuição social para financiamento da seguridade social (Confins) às instituições de ensino básico privadas, e o PLS nº 145/2009, que amplia o limite de dedução dos gastos com educação da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física. Representantes da diretoria do ANDES-SN acompanharam as votações dos projetos que seguem agora para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde serão apreciados em caráter terminativo.

No caso do PLS nº 8/2007, de autoria do senador Francisco Dornelles (PP/RJ), foi aprovado por unanimidade o substitutivo

apresentado pelo relator, o senador Marco Maciel (DEM/PE), que propôs que a isenção da Confins fosse destinada apenas às escolas privadas do ensino básico sem fins lucrativos, ao contrário do projeto original, que previa isenção para todas as instituições privadas de ensino e pesquisa. Conforme Maciel, as instituições privadas de educação e pesquisa de nível superior já recebem incentivos governamentais por meio do Prouni.

Imposto de renda

Já o PLS nº 145/2009 foi aprovado com um voto contrário, do senador Cristovam Buarque (PDT/DF). O projeto prevê que o limite para dedução de gastos com educação do imposto de renda seja ampliado para R\$

5,7 mil. “Não me sinto confortável em aprovar um projeto que amplia tanto o investimento público na educação da parcela mais rica da população, sendo que os investimentos públicos para as camadas mais pobres, que são de cerca de R\$ 1,4 mil por pessoa, sofreram uma redução recentemente”, justificou Cristovam Buarque.

A Comissão remeteu para a próxima sessão, marcada para o dia 15/9, o exame do PLS nº 585/2007, que altera o artigo da Lei nº 10.861, de 14/6/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, apresentado pelo senador Gilvam Borges (PMDB/AP), com a justificativa de fortalecer a fiscalização do poder executivo sobre as instituições de educação superior no sistema federal de ensino. **Fonte: ANDES-SN**

Michael Moore pede o fim do capitalismo em seu novo filme

A passagem do documentário “Capitalism: A Love Story”, de Michael Moore, repercutiu com força em sua primeira sessão para a imprensa no Festival de Veneza, onde concorreu ao Leão de Ouro. Houve fila, empurra-empurra e dezenas de jornalistas voltando para trás, assim que a lotação da Sala Perla (450 lugares) se esgotou. Ao final, o filme foi bastante aplaudido.

O diretor faz uma profissão de fé contra o capitalismo, que, segundo ele, “não pode ser regulado, tem de ser simplesmente eliminado e substituído por um sistema mais justo.” O foco é a grande crise econômica que abalou os mercados mundiais ao final de 2008, provocando a quebra de instituições financeiras e a falência não só de empresas, como de pessoas físicas – milhares delas perderam suas

casas, nos EUA, por não poderem pagar suas hipotecas, que haviam sido refinanciadas para adquirir novas casas.

Como de hábito nos filmes de Moore, a pesquisa é consistente e registra casos impressionantes, que visam retratar a ganância dos bancos e o resultado trágico, segundo ele, de uma desregulamentação do sistema financeiro. Além de acompanhar o despejo de alguns inadimplentes com as hipotecas, Moore denuncia verdadeiros crimes, como empresas que fazem apólices de seguro em favor de seus empregados e beneficiam-se delas, no caso de sua morte, em prejuízo das famílias dos mortos. O filme não se furta a indicar mesmo os nomes de diversas grandes empresas norte-americanas que usaram ou ainda usam este expediente.

O cineasta propõe que cada uma das pessoas



que assistir ao filme se rebelde, seguindo os exemplos de trabalhadores que ocuparam indústrias desativadas ou alguns moradores que reocuparam suas casas, desobedecendo às ordens de despejo. Moore repropõe, ao que parece, a boa e velha desobediência civil. **Fonte: UOL**

CNE quer proibir alguns cursos *lato sensu* reconhecidos pelo MEC

Entidades como hospitais, fundações e institutos podem ser proibidas de oferecer cursos de especialização *lato sensu*, reconhecidos pelo MEC (Ministério da Educação), caso parecer aprovado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) seja homologado pelo ministro Fernando Haddad. A medida atinge cerca de 150 instituições do país.

A proposta do conselho é que as autorizações

dadas a essas instituições sejam revogadas a partir de 2010, abrindo espaço para que os programas continuem sendo oferecidos como cursos livres. Nesse modelo, não há necessidade de autorização para abertura da escola, não existem critérios para seu funcionamento e o certificado não é reconhecido pelo ministério – semelhante ao que ocorre com cursos de idiomas e artes.

A justificativa do CNE para o parecer está na proliferação de entidades que pedem o credenciamento com fins meramente comerciais, sem tradição de excelência na área de atuação. Para Antonio Carlos Ronca, um dos relatores do texto e ex-reitor da PUC-SP, o próprio mercado e a sociedade se encarregarão de dizer quais são os cursos bons e os ruins, sem envolver o MEC na autorização.

Eleição para a Diretoria da ADUR-RJ S. Sind.: inscrições de chapas nos dias 22 e 23 de setembro



No dia 8 de setembro, houve uma assembléia na sede da ADUR-RJ, presidida pela Profa. Lenir Lemos Furtado Aguiar e secretariada pelo Prof. José dos Santos Souza, para discutir sobre as eleições para Diretoria da ADUR-RJ, biênio 2009/2011, e para o Conselho de Representantes da associação, como também sobre a participação da seção sindical no processo que conduzirá os trabalhos de reformulação do Estatuto da UFRRJ.

Quanto ao primeiro ponto de pauta, foram deliberados o calendário e a comissão eleitoral – *vide box ao lado*. Caberá à Comissão também fazer o chamamento para a eleição dos professores titulares e suplentes para as eleições do Conselho de Representantes. A Diretoria da ADUR-RJ lembrou que é importante contar com a participação de professores que queiram colaborar com o processo eleitoral.

Reforma do Estatuto da UFRRJ: composição dos GTs é polêmica

Os professores reafirmaram a

necessidade de reformulação do estatuto da UFRRJ, considerado inadequado às demandas da instituição na contemporaneidade. Ressaltaram que é importante que a ADUR-RJ defenda um processo amplamente democrático, embora tenham explicitado discordâncias em relação à composição dos Grupos de Trabalho durante a reforma dos documentos legais da UFRRJ. Muitos afirmaram que é preciso que se tenha total clareza sobre o número de integrantes de cada GT, a fim de que se garanta a paridade entre os três segmentos no que envolve a discussão e, futuramente, às deliberações sobre o estatuto.

Alertaram que é preciso dirimir todas as dúvidas sobre a participação da comunidade nos debates que antecedem a atualização do estatuto da UFRRJ, lembrando que a metodologia de trabalho será novamente questionada na plenária pública a realizar-se no próximo dia 29 de setembro, no Gustavão.

Na ocasião, não foram eleitos os representantes da ADUR-RJ para a composição dos Grupos Trabalhos que debaterão as propostas de estatuto.

Cronograma eleitoral

Divulgação do processo eleitoral: 14 a 18 de setembro

Inscrição das chapas: 22 e 23 de setembro, das 9h às 16h, na sede da ADUR-RJ

Debate entre as chapas: 15 de outubro

Eleição: 20 e 21 de outubro

Posse da Diretoria da ADUR-RJ: 4 de novembro, no Salão Azul (P1)

Na ocasião, também serão comemorados os 30 anos de ADUR-RJ e os 20 anos de sede da Associação de Docentes. As comemorações integrarão o calendário oficial de festividades pelo centenário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que se terá início em 20 de outubro deste ano até a mesma data, em 2010.

Comissão Eleitoral: Celia Regina Otranto, Lenir Lemos Furtado Aguiar e Maria Thereza Carneiro da Cunha.

**100 Anos de Educação
Da ESAMV à UFRRJ
1910 - 2010**



Foi publicado no Diário Oficial da União de 15 de setembro corrente, a autorização do processo 04500.002850/2008-28, sobre o convênio 0072/2009, pelo qual a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento - SRH/MP - autoriza que a ADUR-RJ S. Sind. viabilize os descontos das mensalidades dos seus filiados, vinculados ao SIAPE, mediante consignação em folha. Esta é mais uma vitória do Movimento Docente!